

SESSÕES DO PLENÁRIO

24ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de abril de 2012.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES “3º SECRETÁRIO”

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão com a presença de 50 Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIO

Da Dep. Ângela Sousa, comunicando sua ausência da sessão no dia 26/03/2012, por motivo de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Targino Machado, comunicando sua ausência da sessão no dia 22/03/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato

parlamentar.

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência da sessão no dia 15/03/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria registrar aqui o meu protesto pela atitude da Dow Química, que decidiu, sem consultar ninguém, muito menos avisar aos funcionários, fechar a fábrica de Camaçari, prejudicando 123 funcionários. Uma empresa que tem mais duas filiais no nosso Estado e que recebe incentivos do governo. Hoje, Bira Corôa, eu tive uma conversa com o secretário James Correia, pedindo-lhe para agendar junto à direção da empresa para que reveja esta posição. Sabemos qual é a postura de empresário. Eles querem só ganhar dinheiro. Justificando que a crise internacional tem lhe criado dificuldades, toma uma atitude dessas, unilateral, sem conversar com ninguém. E nós sabemos que não pode ser dessa forma. Sempre na hora das crises o empresário quer jogar a conta nas costas do trabalhador. Queria convidá-lo a participar dessa conversa, principalmente no momento em que a presidente Dilma toma medidas para estimular o crescimento da nossa economia, enfrentar essa crise internacional, e a direção da Dow Química, na contramão dessa orientação, toma uma atitude dessas.

Então, peço a ajuda dos meus pares, daqueles que queiram participar conosco dessa discussão, para que a Dow reveja essa posição, toque sua fábrica e mantenha o emprego das pessoas.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero dizer que aguardamos a sanção do governador da Lei Antibaixaria. Enquanto isso, já estamos discutindo e organizando o observatório dessa lei. E aproveito esta oportunidade para convidar o deputado Carlos Geilson a integrar esse órgão, tendo em vista que há, apesar de ele ter criado certo estresse ao tomar aquela atitude de pedir vista do projeto, o reconhecimento da sua postura no dia da votação e do seu parecer, que nos ajudou a levar em frente esse debate acerca do apelo da sociedade para o fim do machismo e da violência crescentes em nosso Estado incentivados pela música. É o que chamamos de violência simbólica.

V.Ex^a, deputado, contribuiu muito para essa discussão. Por isso, repito, quero convidá-lo para fazer parte desse Observatório da Lei Antibaixaria, que é uma espécie de órgão da sociedade civil que ajudará na aplicabilidade e fiscalização dessa lei. O convite está feito em meu nome e em nome das mulheres que batalharam para que aprovássemos esse projeto.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, componentes das Galerias Paulo Jackson, Srs. da Tribuna de Imprensa, funcionários desta Casa, todos que nos assistem através do *Canal Assembleia*, boa-tarde. Nobres colegas de Parlamento, a dor de perder um ente querido é quase insuportável. Muitas pessoas enfrentam sérias dificuldades para lidar com essa situação. Em Feira de Santana, pior que perder uma pessoa querida é perdê-la por circunstâncias que obriguem a família a precisar dos serviços do Departamento de Polícia Técnica, o DPT feirense.

O DPT de Feira está um verdadeiro caos! O órgão é para atender a mais de 40 municípios, mas não consegue dar conta sequer dos casos que ocorrem na cidade onde está instalado.

Faz pouco tempo que o corpo de um homem foi encontrado por moradores de um distrito feirense. Devido à falta do rabeção, veículo adequado para transportar o corpo do local que foi encontrado para o DPT, o carro de uma funerária foi que levou o cadáver para o órgão.

Caros parlamentares, em outro caso, um homem foi assassinado no início da tarde. A Polícia Militar foi chamada para registrar a ocorrência e preservar a cena do crime. Porém o DPT só chegou para realizar o levantamento cadavérico no fim da tarde. E a PM teve que ficar lá guardando o corpo até os funcionários do DPT chegarem.

Esses são apenas alguns dos tantos absurdos que ocorrem no órgão. Os jornalistas que fazem coberturas policiais em Feira de Santana bem sabem do que estou falando. Há poucos dias, membros do Ministério Público vistoriaram o DPT e uma das informações que tenho é de que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) não eram utilizados durante os trabalhos que eram realizados no DPT.

Nesse caso podemos até questionar se os funcionários do Departamento não usavam os equipamentos por negligência ou por que os, EPI's nem existem no local? É bem provável que eles nem existam. Se existem, é bem provável também que não seja em quantidade suficiente ou condições legais de uso. Mas isso é pouco diante das irregularidades que o Ministério Público pode ter encontrado.

Senhores deputados, senhoras deputadas. A imprensa fala também na falta de funcionários suficientes para atender a demanda e da ausência de iluminação adequada para que os peritos realizem a necropsia dos corpos durante a noite.

Isso é verídico. Sei de uma pessoa que morreu vítima de atropelamento no período da tarde em Feira de Santana. O corpo foi recolhido já durante a noite para o DPT. A família, desesperada, teve que esperar amanhecer o dia para velar seu ente querido, pois não houve condições de fazer a necropsia durante a noite por conta da falta de condição do Departamento.

O que as famílias estão passando no DPT é desumano. A dor da perda acaba sendo maior devido a impotência diante da incapacidade da máquina pública. Creio

que os funcionários do DPT estejam lá por conta de sua capacidade profissional. Sei da sensibilidade do Ministério Público para com as necessidades do povo. Acredito que o relatório do Ministério Público deverá sair o mais breve possível e que o parecer da visita preze pelos direitos trabalhistas dos funcionários do Departamento, mas preze principalmente pelo respeito às famílias que precisam do DPT antes de velar e sepultar o seu ente querido de forma digna.”

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Maria Luiza Laudano, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, ouvintes da Assembleia, taquígrafas, funcionários da Casa, estamos aqui nesta tarde para conversar um pouco sobre todos nós seres humanos. Nós que cumprimos os nossos deveres, que representamos uma comunidade que confiou em todos nós, realmente nos preocupamos com todo elenco que se desenvolve; entristece a gente, mas, de qualquer maneira, somos fortes para reagir e para desempenhar a nossa função. A deputada Luiza Maia, que lutou tanto pelo nosso projeto, com certeza, vamos ter que defender essas mulheres que passam por aí e que são desrespeitadas.

Quero ainda, nesta tarde, dizer também que com a abertura do projeto da deputada Luiza Maia, houve aquela polêmica toda, mas foi aprovado, nós, deputados e deputadas, temos que agora trazer para esta Casa, reunirmo-nos para trazer para esta Casa, como bem falou ontem a deputada Luiza Maia, os nossos projetos. Nós temos projetos importantíssimos.

Também queria chamar a atenção da imprensa que cobre esta Casa para que possamos reunir... Queremos também a imprensa participando conosco para saber quanto são importantes os projetos que temos na Casa e que circulam, desde a gestão passada, e que não vêm para a pauta para serem votados. Muitos já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça mas precisam vir para o Plenário. Também quero defender um pouco a presidência da Casa, o deputado Marcelo Nilo, que trouxe, certa feita, vários projetos de deputados para serem votados por acordo, mas houve uma polêmica tremenda que resultou em nenhum projeto votado. E ele havia dito aqui na sessão que agora, por ele, os deputados deveriam reunir-se e levar-lhe os projeto já aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça para que fossem aprovados, e não mais por acordo. Isso nos preocupa, porque são projetos, deputado Carlos Geilson – V.Ex^a também tem muitos projetos – em benefício do povo, da região que representamos, do povo do Estado da Bahia.

Estamos preocupados. Quem de nós não está aqui para trabalhar? Todos nós trabalhamos, todos assumimos os nossos compromissos e temos que corresponder aos anseios da comunidade. Tenho certeza de que cada um dos nossos projetos são sobre educação, saúde, muito são por indicação, porque a lei nos proíbe de formular projeto, mas com certeza têm um cunho de responsabilidade, de atenção, e temos

inclusive vontade de aprovar esses projetos. Quanto nos dão opinião “deputada, leve esse projeto em benefício de todo o Estado, de todo o povo...” É constitucional? É. Então, vamos fazer o projeto. Mas não vemos solução.

Então, convido aqui... por favor, convido até a imprensa, deputados, deputadas para que selecionemos os projetos de deputados e deputadas que estão realmente já aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre deputada Maria Luiza Laudano, pediria a V.Ex^a que assumisse a presidência desta sessão para que eu possa fazer uso da palavra.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, inicialmente pediria para inserir nos anais desta Casa o editorial do *Vermelho*, portal do PCdoB – www.vermelho.org.br, de ontem, dia 2/04/2012, com o título Demóstenes Torres, lições do abismo. (Lê) *“O sangramento público do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) encerra um conjunto de lições a respeito do comportamento político da direita e dos conservadores. Demóstenes Torres é vítima do próprio veneno com que, desde o início da era Lula à frente da Presidência da República, combateu e levou às cordas figuras notáveis do campo progressista. Ele notabilizou-se como feroz caçador de corruptos, reais ou imaginários. Esteve no centro do cenário como um acusador implacável, fixando com a ajuda da mídia conservadora a imagem de um moralista inabalável.”*

Peço para ser inserido nos Anais desta Casa esse editorial, que está muito bem escrito, do *Vermelho*, no portal www.vermelho.org.br.

Mas eu gostaria de também falar um pouco sobre a participação da presidenta Dilma Rousseff na IV Reunião de Cúpula dos BRICS, composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. É uma reunião importante, que mostra o prestígio do Brasil no cenário internacional.

Na realidade, o nosso País, antes da era Lula, encontrava-se numa situação extremamente desgastada. Era um País subserviente aos interesses do imperialismo, principalmente do imperialismo norte-americano. Hoje, a situação é diferente. A articulação dos BRICS, por exemplo, é fundamental para o desenvolvimento com soberania. São países emergentes que se impõem no cenário internacional. E o Brasil, hoje, constitui-se em um dos países mais respeitados do mundo, porque antes se encontrava totalmente desmoralizado no cenário internacional.

Portanto, os governos recentes, do presidente Lula e, agora, da presidenta Dilma, têm buscado cada vez mais fortalecer a nossa Nação, evidentemente que tendo também uma preocupação geral com o mundo inteiro, não aceitando a intervenção dos Estados Unidos em outros países, porque o império norte-americano sempre abusou de todos os países no sentido de intervir, de massacrar, de invadir.

Foram várias as invasões que os Estados Unidos fizeram, sacrificando a sociedade civil, sacrificando as populações pobres para impor o seu desejo, aumentar ainda mais o seu império e saquear os países invadidos.

Temos como um dos exemplos de perseguição, de tentativa de destruição, o bloqueio a Cuba. Os Estados Unidos desde a revolução vêm impondo um bloqueio cruel a Cuba, tentando acabar, destruir o socialismo naquele país, e não conseguiu até hoje. Portanto, a presidenta Dilma se incorpora a todos os democratas progressistas no fortalecimento do Brasil, em defesa da soberania e contra as agressões imperialistas norte-americanas.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, antes de entrar propriamente no assunto que me traz a esta tribuna, quero parabenizar a deputada Graça Pimenta pelo discurso que fez, abordando a temática: o Departamento de Polícia Técnica em Feira de Santana, totalmente desassistido, os rabecões quebrados e o DPT tendo que recorrer aos carros das funerárias para fazer os traslados. Deputada, a senhora corrobora em seu discurso com o que eu já proferi desta tribuna, que é o descaso do governo do Estado em relação ao Departamento de Polícia Técnica em Feira de Santana.

O outro assunto é a Embasa. O governo Wagner, nessa voracidade, reajusta as tarifas de água e esgoto em nosso Estado. Tivemos, no ano passado, um reajuste em torno de 13% e agora outro reajuste. Ao que parece, o pessoal da Embasa está surfando financeiramente em dinheiro, porque patrocina shows, camarotes, times de futebol, então a coisa vai bem.

E o que não vai bem é o abastecimento de água haja vista que na minha cidade, na região de Feira de Santana, é constante a reclamação da população usando os microfones de rádio para desaguar a sua insatisfação em relação ao serviço da Embasa. Fica aqui, mais uma vez, o nosso alerta e o nosso protesto.

Mas, Sr. Presidente, minhas caras deputadas Cláudia Oliveira, Kelly Magalhães, Graça Pimenta, Fátima Nunes e Luiza Maia, eu quero parabenizar, desta tribuna o secretário da Educação do município de Salvador, o deputado licenciado João Carlos Bacelar. Enquanto observamos que no município de Lauro de Freitas está o maior furdunço, os professores reivindicando um reajuste melhor para a categoria, em Salvador, a Câmara Municipal aprovou, na segunda-feira, um projeto do Executivo majorando os salários dos professores entre 22 e 54%. Quando o secretário João Carlos Bacelar assumiu a secretaria da Educação de Salvador, a situação ia de mal a pior, os professores desmotivados por falta de investimento na qualificação do professor. Hoje, ter a pós-graduação, o mestrado e o doutorado é fundamental e há um reconhecimento da Secretaria de Educação.

Outra questão é o investimento na meritocracia, o que faz com que o professor tenha a sua auto-estima elevada. É uma categoria mal remunerada. E a política

implementada pelo secretário da Educação João Carlos Bacelar merece que façamos aqui os elogios a ele, não por ser um companheiro de Partido, mas por dever de justiça. Quem não lembra a educação em Salvador quando ele assumiu o cargo de secretário? Uma secretaria eivada de críticas das mais variadas questões, sobre as licitações foram levantada dúvidas, mas, assim que ele assumiu, colocou um ponto final nessa questão moralizando os recursos da Secretaria Municipal de Educação de Salvador. Salvador larga na frente com esse reajuste chegando a 54%.

Parabéns, professor do município de Salvador. Parabéns, secretário de Educação João Carlos Bacelar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o povo é sábio, deputado Carlos Geilson, pois não está bebendo a água distribuída pela Embasa. Fizeram, na verdade, uma sábia opção pela água mineral, não somente pela qualidade infinitamente melhor dessa última, mas, também, pelo preço da água distribuída pela Embasa, já que a água distribuída pela concessionária Embasa está mais cara do que a água mineral. E, aí, volta-se para o axé, para a música de Carlinhos Brown “água mineral, água mineral, não há igual”.

O PT, Srs. Deputados, tem uma dificuldade natural de caminhar em linha reta. Não sei se é labirintite, se é uma questão de bússola, com raras exceções, deputada Luiza Maia. O projeto básico da Avenida Noide Cerqueira foi feito pela Conder, um órgão do estado conjuntamente com a prefeitura municipal de Feira de Santana à época na administração do ex-prefeito José Ronaldo.

O governo do estado, do governador Wagner, contratou a ATP Engenharia através da mesma Conder para fazer o projeto executivo da Avenida Noide Cerqueira. Acredito, Srs. Deputados, ser esta empresa de engenharia, a ATP Engenharia, uma empresa séria, credenciada para a realização da empreitada licitada pelo governo.

Infelizmente, devem ter se submetido, deputados Carlos Geilson e Graça Pimenta, a pressões políticas para modificar o projeto básico da Avenida Noide Cerqueira, a exemplo de diminuir a largura da avenida que, no projeto básico, tinha 45 metros acompanhado a Avenida Getúlio Vargas, aquela bela e ampla avenida de Feira de Santana. Modificaram, certamente, para beneficiar, não o povo de Feira de Santana, mas empresários do ramo imobiliário.

Mais do que isso, a ATP Engenharia alterou o traçado da Avenida Noide Cerqueira fazendo uma curva à esquerda, já que o projeto original, o projeto básico é uma avenida retilínea. Mas como nada em linha reta ou retilíneo serve para o PT ou para o governo do PT, foi feita uma modificação à esquerda naquela avenida formando um grau, deputados Carlos Geilson e Graça Pimenta, a passar na frente de um terreno que, segundo a própria ATP Engenharia, aquela área está delimitada pela ATP Engenharia para a construção de um *shopping center* na cidade.

Que gracinha! Eu pensava que seria para beneficiar o Cemitério Jardim Celestial. Não! É porque, antes do Jardim Celestial, deputada Graça, existe um terreno que está delimitado pela própria ATP Engenharia para se destinar a um *shopping center*. Detalhe: ninguém sabe quem é o dono do terreno; ninguém sabe quem são os empreendedores. Seguramente, eles são peixes grandes, porque peixe pequeno não aguenta com uma empreitada dessa e peixes grandes demais têm prestígio para modificar o traçado de uma avenida importante para a cidade de Feira de Santana, a Avenida Noide Cerqueira.

Creio eu, deputados Carlos Geilson e Graça Pimenta, que isso não é obra somente de um deputado, de um Líder nesta Casa, isso não é só prestígio de Líder nesta Casa para fazer modificar uma avenida daquelas. Isso tem o consentimento do governador Jaques Wagner, e nós precisamos descobrir, a imprensa de Feira de Santana precisa descobrir quem são esses iluminados empresários e empreendedores de Feira de Santana que têm a capacidade de mudar tudo naquela cidade.

Deputado Álvaro, presidente, olhando pra V.Ex^a, quero me solidarizar com a sua fala aqui, notadamente falando do senador que hoje se desfilou de um partido por corrupção, quando ele era tido como arauto da moralidade, um promotor de justiça do Estado de Goiás que foi procurador-geral do Estado, e lamento V.Ex^a não ter agido de igual forma quando saiu o ministro do PCdoB, apeado do poder por corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- No momento oportuno responderei a V.Ex^a. O ministro Orlando Silva não saiu por corrupção.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, demais presentes à Assembleia, deputado Álvaro Gomes, estava ouvindo atentamente o seu discurso, e já há alguns dias iria falar de uma situação, e V.Ex^a iniciou o trato da matéria. Estamos testemunhando a derrocada do Estado do bem-estar social no velho mundo, no chamado mundo desenvolvido, assim como os países que trilham pelo consenso de Washington, os arautos do neoliberalismo também estão numa *débâcle* muito importante e tendo dificuldades muito grandes de dar respostas à situação do seu mercado, à situação do emprego. E, por outro lado nós temos os Brics, que estão trabalhando novas perspectivas de aliar o papel indutor do Estado perante a economia nacional, novas relações internacionais, políticas efetivamente anticíclicas e uma nova ordem econômica e política emanada daqueles países que hoje detêm mais de ¼ de todo o mercado internacional e, seguramente, daqui a cerca de dez anos os Brics terão o poder de decisão sobre mais ou menos a metade de toda a economia internacional do Planeta.

E aí, o Brasil, que, seguramente, entre os Brics é aquele que tem um melhor sistema financeiro, é o País que tem a melhor regulação no ambiente financeiro, é o País que tem, seguramente, maior solidez entre as instituições de Estado, precisa, necessariamente, mergulhar para tratar de assuntos estruturantes que os outros

integrantes dos Brics já estão fazendo, por sua vez, que é tratar das grandes reformas, as reformas que poderão repactuar o ambiente federativo, acabando de uma vez por todas a guerra fiscal que tem lugar entre todos os Estados, dificultando que o desenvolvimento se espraie em todo o solo nacional, de uma maneira uniforme ou de uma maneira que possa debelar as dificuldades de cunho infra-regionais.

É neste momento que digo, num outro instante, voltarei para aprofundar essa discussão, que uma nova ordem mundial está por vir, e que vários teóricos, em quase todas as partes do mundo, já estão ocupando-se sobre qual o novo papel que o Estado nacional, ou que os Estados nacionais, como indutor, como preservador dos interesses nacionais, discutindo o seu tamanho, o seu planejamento, nos maiores setores das diversas economias do mundo emergente, dando velocidade às ações, como fez o Brasil, que foi o último país a entrar na crise nacional, e foi o primeiro deles a sair.

Então, nós estamos à beira, nós estamos no despertar de uma nova ordem e o Brasil precisa, necessariamente, aprofundar e, definitivamente, fazer as reformas estruturantes, seja a reforma política, a reforma fiscal e tributária, a reforma agrária. Nós não podemos passar, mais uma vez, sobre essa necessidade do povo brasileiro, e nós estamos no limiar histórico de uma das possibilidades mais concretas de redimir este país dos grandes pecados históricos e banir, definitivamente, a iniquidade no solo nacional.

Então, acho que esse é um momento ímpar por que passa a nossa nação, e penso que nós haveremos de aprofundar o debate que nos cabe, aqui nesta Casa, com esse olhar, nesse momento definidor do processo das relações internacionais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Bruno Reis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, Imprensa, galerias, enfim, todos que nos assistem neste momento, a população baiana, hoje, foi surpreendida por uma matéria do jornal *A Tarde* onde a Embasa anuncia um aumento de mais 13% para este ano.

Nós já esperávamos por isso, até porque quando ingressamos na Justiça, ano passado, foi justamente para barrar esse aumento que vai ocorrer, ainda também em 2013 e em 2014. Não era somente para atacar o aumento de 2011, e sim o aumento de mais 4 anos do atual governo Wagner, governo este - a matéria fala - que já deu 68,8% de aumento nas tarifas sociais, porque nas outras tarifas esse aumento, a depender da faixa de consumo, ele é variável, de 68 a 160%. Por outro lado, a inflação do período foi de apenas 32%, com base no IPCA.

Então, lá atrás, quando afirmávamos que o aumento era abusivo, é justamente pelo valor da tarifa que está sendo cobrada, e ilegal porque ele não caberia ser feito um aumento extraordinário, até porque a própria Coresab, agora, ao conceder o reajuste de 13%, negando os 15% solicitados pela Embasa, confirma que as metas de universalização não vêm sendo cumpridas. Ou seja, a Embasa, com os recursos

provenientes do aumento indevido, não está fazendo ou investindo na universalização dos sistemas.

É por isso, nobres deputados, que nós estamos vendo camarotes particulares, como foi o caso, este ano, da Marta Goes, receber, somente da Embasa, 228 mil reais. Nós estamos vendo patrocínios de Micaretas, de Marchas para Jesus, de times de futebol, não que não tenha que ser feito, tem que ser feito, mas não é através da Embasa.

Agora, nós estamos acompanhando o momento em que a Bahia está passando, sofrendo com a seca. Milhões e milhões de pessoas estão sem água no semi-árido, e a Embasa, que vai para a propaganda dizer que já atendeu mais de 5 milhões de pessoas na Bahia cometendo uma verdadeira mentira, porque isso é mentira, deputado Carlos Geilson. Se mais de 5 milhões de pessoas fossem atendidas pelo sistema de água, não estaríamos enfrentando a seca. Estamos vendo os rebanhos morrendo. Na região de Itaberaba e na região do Semiárido estão vendendo gado a preço de banana para não morrer. É melhor ter um prejuízo parcial do que ter um prejuízo total.

Eu queria chamar a atenção do Poder Judiciário porque, no ano passado, conseguimos uma liminar que *a posteriori* o Tribunal de Justiça cassou, mas ganhamos em primeira instância. A decisão de mérito do mandado de segurança foi para barrar o aumento. O Tribunal de Justiça concedeu efeito suspensivo, agora cabe julgar o mérito, até porque a própria CORESAB atestou que as metas não estão sendo cumpridas.

Então queria conclamar o Poder Judiciário da Bahia para julgar o mérito do processo que, ao final, vai comprovar que o aumento é abusivo e ilegal e o valor pago em dobro será devolvido para todo consumidor baiano. É preciso o julgamento do processo, porque não há justificativa razoável ou legal para se proceder a um aumento dessa magnitude, até porque os cidadãos baianos não aguentam mais pagar.

Agora vejam que falta de bom senso da Embasa. É muita desfaçatez anunciar um aumento de quase 13% quando não tem água, nobre deputado Luciano Simões. A população não está bebendo a água e quando vier a beber vai pagar mais caro. É muita cara de pau. O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concluindo, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- Não garante o fornecimento de água e agora quer praticar aumento. Cadê a água?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concluindo, nobre deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Não há orador inscrito no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao Representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, foi feito um acordo com o Líder da

Minoria no sentido de abrimos 4 inscrições com o tempo de 5 minutos para cada uma, completando 20 para a Minoria e 20 para a Maioria. Logo após, encaminharemos a votação.

Então a Oposição indicaria o primeiro orador e, logo a seguir, indicaremos.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A presidência da sessão acata o acordo feito entre as Lideranças.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pela ordem o deputado Targino Machado. O Sr. Targino Machado:- Excelência, eu disse em claro bom som na presença dos deputados Rosemberg Pinto e Zé Neto que eu não abro mão dos meus 10 minutos. O acordo pode ser feito lá da forma que for, mas dos 10 minutos do Bloco PTN/PSC/PRP eu não abro mão.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- OK. Então concedo a palavra, dentro do acordo, ao Líder do Bloco do PTN/PSC/ PRP pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, no Horário do Bloco, falará o deputado Carlos Geilson por 5 minutos e, logo em seguida, falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos, em seguida, ao deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, colegas da imprensa, amigos das Galerias, nas Galerias destaco a presença do ex-líder sindical José Américo Reis da Silva, Caxixi, de longas batalhas com Kelly e com Álvaro Gomes quando o PCdoB era um pouco mais original.

Há uma frase de uma música de Luiza Gonzaga que diz o seguinte: “Uma esmola para o homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão.”

Eu tomo essa frase da música de Luiz Gonzaga para fazer uma ilação com relação à seca que grassa por todo o Estado da Bahia, são quase 200 municípios onde a seca está devorando os rebanhos.

Ontem, ouvi o deputado Luciano Simões falar de um pecuarista e político de Andaraí que perdeu 600 cabeças. Inicialmente, deputado, custei a acreditar. Pensei que era um devaneio de V.Ex^a, mas não. Infelizmente, V.Ex^a tem razão. O prejuízo que sofreu esse pecuarista é apenas um entre tantos pecuaristas que estão sofrendo com a questão da seca no Estado da Bahia. Aí há de se perguntar, e se questionar: o que o governo da Bahia está fazendo para minorar, para enfrentar o flagelo da seca? (Pausa) Esse silêncio é proposital porque não tem resposta.

O governador Wagner foi para a Suíça, enquanto isso o baiano padece com a seca. Nada contra a ida do governador ao Primeiro Mundo, nada contra a sua ida para a Suíça, mas o que ele foi tratar, perfeitamente um outro membro do governo poderia tratar da questão sem a necessidade da ausência do governador num momento tão aflitivo para o homem do sertão, para o homem do campo.

Meu caro deputado Rosemberg Pinto, não sei se na sua região a situação é tão crítica e tão caótica, mas posso dizer a V.Ex^a, eu que sou homem do sertão, um sertanejo, dizer que nós estamos sofrendo e sofrendo muito. Às vezes tem que se

tocar a boiada, o rebanho, léguas e léguas de distância até encontrar um local que os animais possam beber água. A seca não é culpa do governo, as intempéries do tempo não são culpa do governo, mas a falta de uma política para enfrentar o problema, aí, sim, é problema do governo. E a falta de água em nossa região e a falta de chuva continuam. Eu era menino e já ouvia falar nas célebres músicas de Luiz Gonzaga, e nós vemos que tempo passa e não muda; que os versos de Patativa do Assaré de “A triste partida” estão cada vez mais presentes; que Asa Branca está cada vez mais presente em nosso cotidiano.

A indústria da seca beneficia alguém, com certeza não é o povo, esse não é o beneficiado, é o grande prejudicado. Não posso aqui reafirmar que a indústria da seca beneficia o político. Mas uma coisa nos deixa com uma pulga atrás da orelha, porque a classe política no poder não encontra meios para enfrentar com altivez a indústria da seca.

Esses são o questionamento e a reflexão que eu deixo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, concordo com o deputado Carlos Geilson em gênero, número e grau sobre a abordagem que V.Ex^a faz aqui em decorrência da longa estiagem que acomete o interior da Bahia, trazendo desconforto. Só quero discordar de V.Ex^a quando diz: “Grassa na Bahia esse sofrimento”. Acho que é desgraça, porque graça é tudo de bonito.

Várias prefeituras, deputado Rosemberg Pinto, do interior do nosso Estado se utilizam, deputado Carlos Geilson, da compra da água tratada da Embasa, a exemplo da de Serra Preta, distante apenas 60 quilômetros de Feira de Santana. Essa prefeitura busca água no distrito de Cavunge, no município de Ipecaetá, e somente no mês passado pagou mais de R\$ 60 mil pela água tratada comprada da Embasa. Essa água é distribuída à população de Serra Preta, que se encontra à míngua, como também para o rebanho dos pequenos agricultores, lavradores e pecuaristas, por causa desta longa estiagem.

Concordo com V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, esta atual longa estiagem é igual a todas de outrora. E sempre vemos que faltam políticas eficientes para combatê-la e para se fazer o que é feito nos desertos da Palestina, onde as políticas são mais eficientes e se consegue transformar, como em Israel, o deserto num oásis. Lá se consegue dessalinizar a água dos mares para benefício de sua população.

Esse não é um problema deste governo Wagner, mas votamos nele para que encontrasse solução para essas mazelas. Mas até agora – à exceção de viajar; agora mesmo ele está na Suíça – o companheiro Wagner não fez nada.

Espero que, aproveitando mais uma viagem de Wagner, as chuvas cheguem, pois o que atrapalhava isso é justamente, acho, a presença dele.

Volto a esta tribuna também, deputado Carlos Geilson, para trazer o traçado da Av. Noide Cerqueira, em Feira de Santana. Acredito que os senhores daí de baixo conseguirão ver o traçado dessa avenida, deputada Graça, retilíneo, seguindo a Getúlio Vargas, chegando à BR-324 também de forma retilínea.

Aqui diz em outra foto que já existia uma área disponibilizada pelo Condomínio Irlena Magalhães para a construção dessa Av. Noide Cerqueira. Recuaram o condomínio para que pudesse passar. E o que vão fazer agora, deputado Carlos Geilson? Vão criar um ângulo de 45 graus para passar pela Rua Nova Esperança, uma via estreita que passa na frente do cemitério. Precisamos falar sobre isso em seu programa.

E eu, incauto, imaginava que era para beneficiar quem se hospeda no Cemitério Celestial. Na verdade, é porque toda essa área antes do cemitério era baldia. E veja o que diz a ATP Engenharia, deputado Carlos Geilson: “Área delimitada pela ATP Engenharia para construção de *shopping center*”.

A ATP Engenharia é a empresa contratada pela Conder e o governo do Estado, e foi levada para Feira de Santana pelo deputado Líder do governo nesta Casa, inclusive com direito a audiência pública, para vender esse abacaxi à cidade como sendo uma grande coisa. Preciso saber quem são os donos do terreno, quem são os empreendedores e a quem isso irá beneficiar?

Deputado Álvaro Gomes, não irá me beneficiar!

Isso é um ato de corrupção, e não é perpetrado por V.Ex^a nem por mim.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao Líder do governo para indicar os dois oradores iniciais da Base governista.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, o deputado Mário Negromonte Júnior falará por 5 minutos; logo após, falará o deputado Pastor Sargento Isidório, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Mário Negromonte Júnior, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados, subo a esta tribuna hoje para tratar de um tema muito debatido em nossa região, Paulo Afonso e Glória mais precisamente, por se tratar de um veio, um potencial que está mudando a realidade desses municípios e de toda a região, que é a piscicultura, a aquicultura de uma forma geral.

Estivemos em vários momentos debatendo sobre o crescimento e a potencialização desse setor. E estivemos com o secretário do Meio Ambiente, que encaminhou a esta Casa um projeto de lei que regulamentaria a questão das licenças ambientais.

Naquele momento, eu levantei, Sr. Presidente, a importância de ser incluído no bojo do projeto uma regulamentação, definindo tanto a questão das licenças ambientais da aquicultura como também da pesca.

O secretário assumiu o compromisso de que faria isso em outro momento, num

momento mais a frente, que seria neste ano, mais ou menos no mês de abril ou maio, o que, de fato, acontecerá.

Fiquei muito feliz de ter conversado com o secretário, de ter colocado para ele essa importância de trazer esse problema, porque, na verdade, muitos dos piscicultores, aquicultores e pescadores ainda vivem do seguro-defeso e dos investimentos da Bahia Pesca, do governo do Estado. Mas precisamos avançar muito mais. Por isso que gostaria de convidá-los, deputados, para, amanhã, às 9 horas, estarem presentes a uma sessão especial por nós solicitada, que contará com a presença de autoridades dessa área, sobretudo da Secretaria do Meio Ambiente - Sema, da Bahia Pesca, da Secretaria da Agricultura e técnicos da área.

Esta Casa deve travar esse debate antes mesmo que seja tomada qualquer decisão pelo governo do Estado, para darmos nossas contribuições ao projeto de lei que irá regulamentar a pesca e a aquicultura no Estado da Bahia.

Então, a sessão especial será no Plenário, às 9 horas da manhã. Gostaria de contar com a presença dos nobres colegas, para que possamos não só tratar da questão da regulamentação, mas também das diretrizes e procedimentos dos setores da pesca e da aquicultura do estado da Bahia.

Tenho certeza de que será um debate muito valoroso ao setor, pois espera por isso, ou seja, que ocorra, de fato, algo que venha impulsionar a pesca, a qual ainda não se encontra no patamar desejado por todos. Temos a maior extensão do litoral de costa do Brasil, ou seja, um potencial muito grande. Temos Glória e Paulo Afonso como os maiores produtores de tilápia da Bahia e do Brasil. São esses municípios do sertão da Bahia que produzem 600 toneladas/mês e mais de 7.500 toneladas por ano, levando para o Canadá, Nova Zelândia, Japão. Enfim, com isso, transforma-se a realidade dos piscicultores que o tinham como subsistência a passar a ajudar na economia do município, passar a ser o primeiro pequeno empreendedor, o médio.

Hoje já existem grandes empreendedores – Sr. Presidente, para concluir – mas eles não têm a segurança jurídica que possam ampliar essa questão, inclusive, de licença ambiental presa no Ministério da Pesca. Já estive falando com o ministro da Pesca sobre isso. O estado tem procurado avançar. Mas a gente precisa avançar muito. Esta regulamentação vem com isso, para poder dar a segurança jurídica, acabar com a burocracia. A gente espera ver este setor sendo referência mundial, porque estadual nós já somos, nacional também. Agradeço, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, o Salmo 78 diz assim: “Escutai a minha lei, povo meu. Inclinaí os ouvidos às palavras da minha boca. Abrirei a boca numa parábola, proporei enigmas da antiguidade.” Com essas palavras, quero saudar todos os ouvintes com a paz do Senhor Jesus. Só na paz do Senhor Jesus temos condições de nos firmar em nossa caminhada de cada dia. Só entendendo que, com a presença do santíssimo, com a presença do Pai, do Filho e do

Espírito Santo, é possível o homem e a mulher terem paz, segurança e proteção.

Às vezes, me preocupo quando vejo famílias inteiras angustiadas pela violência, pelo aumento do índice da criminalidade. Muitas das vezes, as pessoas querem encontrar culpado na política e nos governos. E nós nos esquecemos de que a falência da família é o principal motivo de tanta desigualdade, de tanta violência e de tanta falta de paz.

Hoje, não se ensina mais aos filhos a pedir a bênção aos pais ou aos mais velhos. Quem está me ouvindo aqui sabe que, desde o princípio, os mais velhos ensinavam aos mais novos serem abençoados provocando a bênção. Quando um filho passava por um pai ou uma mãe ou alguém mais velho, pronunciava: “Bênção, meu pai! Bênção, minha mãe!” E o pai ou a mãe ou o mais velho provocados eram instados a abençoar o mais novo que passava: “Deus que o abençoe, meu filho! Deus te conceda a paz, meu filho! Deus te proteja, meu filho!” Hoje, a sociedade vai sendo transformada, vai sendo mudada, e vemos a natureza de Deus sendo provocada em todos os ângulos, principalmente no ângulo do ser humano. Vemos maridos traindo esposas, esposas traindo maridos, a infidelidade conjugal; vemos filhos contra pais, pais contra filhos, nação contra nação, reino contra reino, e percebemos que algo sobrenatural e anormal está acontecendo na face da Terra. É a falta do amor a Deus, é a falta do conhecimento da palavra de Deus que está, praticamente, destruindo a humanidade, dificultando a sobrevivência na Terra.

Encontramos o Senhor Jesus falando, aqui na Bíblia está escrito, o Senhor Jesus diz: “O meu povo erra por falta de conhecimento da minha palavra.” Aqui neste livro profético está escrito: “conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Os dias são maus, os tempos são maus.

Não posso deixar de lembrar que, além de todo o Estado da Bahia, na minha cidade de Candeias, estou lutando para consertar o campo de bola Davi Caldeira, ampliar o colégio da Polícia Militar, a via alternativa, anéis rodoviários.

Para São Francisco do Conde já pedimos também o SAC. Já era um pedido meu em Candeias, para atender Candeias, São Francisco e Madre de Deus, mas hoje a demanda cresceu, por isso pedi SACs independentes para Madre de Deus e São Francisco.

Que Deus abençoe a todos e, com a Sua compaixão e misericórdia, toda a Bahia e o Brasil possam ser protegidos de todos os males.

Deus abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Dentro do acordo entre Oposição e Situação, no horário da Oposição, os dois oradores inscritos, são o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos, e depois o deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, Galeria Paulo Jackson, pedimos vista, na sessão passada, do projeto que o governo trouxe a esta casa, pedindo mais um crédito à Caixa Econômica Federal,

no valor de 10 milhões de reais.

Tivemos o cuidado de ler e analisar o projeto. Mais uma vez, o governo traz à Assembleia um projeto que não demonstra o plano de aplicação desse recurso no Estado da Bahia.

Precisamos de transparência; esta Casa não pode, deputado Targino, dar um cheque em branco ao Governo do Estado. Também, deputada Graça, tive o cuidado de fazer um levantamento. Já foram, entre 2007 e 2012, 1 bilhão, 944 milhões, 420 mil reais de empréstimo, e nós não vemos esse empréstimo ser revertido à sociedade baiana.

Mais uma vez, o governo traz a esta Casa mais dez milhões de reais, pedindo à Caixa Econômica outro empréstimo, deputado Luciano Simões. E o plano de aplicação, ninguém sabe, ninguém viu! Esta Casa não pode dar outro cheque em branco ao governo do Estado. Nós, na nossa emenda, fizemos essa reparação e pedimos o plano de aplicação do recurso, mas o governo ignora achando-se acima do bem e do mal. O governo acha que esta Casa, através da sua Base Governista, está aqui apenas para carimbar! Está aqui apenas para chancelar a sua vontade. E aí é de responsabilidade da Bancada Governista entregar mais R\$ 10 milhões ao governo do Estado, sem saber sequer em que esse dinheiro será aplicado! Não há no projeto nem quando, nem como e nem de que forma esse recurso será aplicado em benefício da Bahia.

O governo é recordista em tomar dinheiro emprestado! Acho até que, se os bancos fecharem as portas, o Estado quebra! Porque todos os dias o governo do Estado recorre às instituições financeiras. Falo, aqui, do período de 2007 a 2012 em que o governo tomou de empréstimo R\$ 1.944.420.000,00 (um bilhão, 944 milhões e 420 mil reais) destinados à educação, saneamento e infraestrutura. E eu pergunto: em que esses recursos foram aplicados? A cidade está um caos, o Estado atravessa grandes dificuldades e o governo só endividando, cada vez mais, o Estado da Bahia, e sequer manda a esta Casa uma planilha de como, de que forma e de quando será aplicado esse recurso.

Então, faço, aqui um apelo aos deputados do Governo, vamos pedir transparência ao governo! Já se vão R\$ 2 bilhões! O Estado, cada dia mais, se endivida! E o governo pega esse dinheiro e age como se fosse dinheiro próprio, não dando satisfação à sociedade e muito menos ao Poder Legislativo sobre a forma como aplica o dinheiro emprestado, e como vem conduzindo e sustentando o governo que aí está.

Para concluir, Sr. Presidente, quero registrar que de 2007 a 2012 já são R\$ 2 bilhões que o governo toma de empréstimo e não diz como ele será empregado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Paulo Azi pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. que

acompanham esta sessão, tivemos, durante todo o dia, inúmeras solicitações, principalmente do interior do Estado, de pessoas que não se conformam, e muitas delas não acreditam, com a notícia que começou a circular ontem – hoje manchete do Jornal A Tarde – que dá conta do reajuste da tarifa da Embasa. Isso, Sr. Presidente, nada mais é do que uma prova de quanto esse governo é insensível, de quanto esse governo não se preocupa e não está atento aos reclamos da sociedade baiana.

Não se pode admitir, Sr. Presidente, não se pode aceitar que num momento como este, em que o Estado sofre drasticamente os efeitos da seca, e que muitos municípios encontram-se com seu sistema de abastecimento de água em colapso e, portanto, muitos e muitos consumidores da Embasa pagam a conta mas não recebem a água, que o governo venha autorizar um aumento como esse que, mais uma vez, é muito maior do que a inflação e do que a reposição salarial que este governo concedeu ao funcionalismo público.

O governo se vale da morosidade da Justiça, ele se escuda naqueles caminhos regimentais que fazem com que os processos judiciais fiquem emperrados anos a fio, porque atualmente, Sr. Presidente, cobrou a tarifa reajustada no ano passado, inclusive de maneira ilegal. Já existe decisão clara do Poder Judiciário no sentido de que o aumento concedido no ano passado foi ilegal. E o governo se utiliza, como disse, de instrumentos judiciais para impor a nossa sociedade um aumento muito maior do que a inflação e, como se nada existisse, volta este ano a autorizar a Embasa a proceder com um aumento que é o dobro da inflação ocorrida no último período.

Não podemos aceitar nem admitir tamanha insensibilidade das autoridades governamentais e, mais uma vez, Sr. Presidente, a Oposição vai apelar à Justiça, ao Poder Judiciário no sentido de que ele também cumpra com sua obrigação e julgue as ações que a Oposição já impetrou e que vai continuar impetrando para tentar impedir que o governo, mais uma vez, cometa um ato que vai de encontro aos anseios e desejos da nossa sociedade. Um governo que se vê desnudado na sua peça publicitária, que se chama Água para Todos, mostra definitivamente que este programa só serve para fazer propaganda e que, ao longo de 5 anos, praticamente nenhuma obra de fortalecimento da estrutura hídrica deste Estado foi executada por este governo. Agora, mais uma vez, diante da seca inclemente que está submetida a grande maioria da nossa população, o governo silencia, transfere o problema para o governo federal e ele próprio não toma nenhuma atitude para socorrer os municípios flagelados, para dar a sua contribuição, porque ele é a autoridade máxima do nosso Estado, ele que tem os recursos estaduais previstos no orçamento, mais uma vez se omite e transfere a responsabilidade para o governo federal. É lamentável que o governo tenha tanta insensibilidade e que venha propor à sociedade baiana um aumento escorchantes, porque a nossa população definitivamente não merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria para indicar dois oradores durante o tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, pelo tempo de 5 minutos falará o deputado Alan Sanches, em seguida, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, demais presentes a esta sessão, primeiro queria chamar a atenção do deputado Carlos Geilson, que é extremamente conhecedor dos fatos, um brilhante orador: nós estamos passando por uma tremenda seca. Todos nós que andamos pela caatinga, pelo sertão, em todo interior da Bahia, temos conhecimento desta seca absurda, mas o governador Jaques Wagner tem todo um plantel de grandes jogadores, inclusive o vice-governador, que hoje ocupa o lugar do nosso governador, e está conduzindo todo o processo como deve ser feito. O governador não está lá passeando. Ele foi resolver problemas relativos à Copa do Mundo, que será realizada aqui em 2014, tendo em vista que Salvador será uma das cidades-sede. Por isso, ele precisa cumprir compromissos agendados.

A Bahia, como uma das cidades-sede, tem essa responsabilidade, e o governador não está lá fazendo *city tour*. Tenho certeza de que V.Ex^a não quis dizer isso. Não tenho dúvida, mas não é um demérito do governador, ele viajou, mas deixou esse plantel, esse time, que joga muito bem.

Colegas, ao subir a esta tribuna digo que as divergências que travaremos aqui serão estabelecida no contraditório, jamais no pessoal, trazendo mentiras e ilações.

Eu fui surpreendido ao receber telefonemas, no sábado, de alguns companheiros de Serra Preta, dizendo que no dia anterior um deputado, desta Casa, inaugurando uma rua com o prefeito, começou simplesmente a denegrir a imagem de todos com mentiras, calúnias, inclusive dizendo que havia me procurado por diversas vezes, aqui na Assembleia Legislativa, para comprar um aparelho de raios X.

Ele mentiu, porque nunca me procurou, mal nos cumprimentamos. E disse que me convidou para comprar um aparelho de raios X, vejam que loucura, para levar para o município de Serra Preta. Mal informado ele está, pois esse município já conta com uma aparelhagem de raios X no hospital.

Agora, jamais um deputado ou deputada pode subir num palanque ou fazer qualquer discurso contado uma mentira, uma inverdade. Mal nos cumprimentamos. Como ele pode dizer que me procurou. O meu telefone celular fica sempre do meu lado, o meu gabinete é aberto todos os dias e jamais fui procurado por esse deputado.

Parece que é do feitio dele atacar, contar mentiras, tentar denegrir a imagem de alguém. Isso parece uma infantilidade sem tamanho.

Eu sou um deputado estadual, trabalho num consultório, pois sou médico, presto um serviço social em vários municípios, inclusive em Salvador. E ele dizer que me convidou para compra um aparelho de raios X.

Ele deve está alucinado para contar uma mentira dessas como se fosse uma verdade.

Não poderia deixar de estar, aqui, hoje, registrando este fato desse alucinado. Ele sabe muito bem quem é. Caso queira pode me procurar, podemos conversar

pessoalmente e não tratar dessa forma, em público, dizendo o seguinte: “Convidei, procurei para comprar um aparelho de raios X”.

Pelo amor de Deus. Água é óleo não se misturam. Isso é o básico da física, da química. Água e óleo não se misturam.

Então eu queria pedir aos deputados e deputadas que se quiserem alguma coisa comigo podem me procurar. Quando eu não estou aqui, estou no gabinete ou em alguma demanda. Se me procurarem para conversar me acharão, mas mentiras jamais vou admitir. Então quero respeito dos colegas, principalmente desse alucinado que trata os companheiros, os colegas, dessa forma. Acho que o respeito é fundamental e esta Casa merece esse respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Assembleia*, senhores das Galerias, imprensa, venho a esta tribuna para registrar que, na última quinta-feira, tivemos a honra de comemorar os 463 da cidade de Salvador.

E vários correligionários, autoridades, simpatizantes e militantes do Partido Republicano Brasileiro lotaram o auditório Mundo Plaza. Inclusive, estavam presentes os deputados Sidelvan Nóbrega e Luizinho Sobral. Foi um ato no qual o deputado Márcio Marinho, que era o presidente estadual do PRB, licenciou-se para disputar a prefeitura de Salvador.

Durante os 6 anos do Partido Republicano o deputado Márcio Marinho teve participação fundamental. Hoje, no Estado da Bahia o PRB já está em quase 400 municípios. Temos quase 100 vereadores, 3 prefeitos, 3 vice-prefeitos, uma suplente de senador, tudo isso fruto do trabalho incansável e da dedicação do deputado Márcio Marinho para construir o que o Partido é no Estado da Bahia.

Então eu tive o prazer de receber, como presidente do Partido Republicano Brasileiro, a incumbência, a missão, de dar continuidade ao trabalho que esse homem fez. Agora ele vai se dedicar à campanha para, no dia 7 de outubro, concorrer como candidato do Partido Republicano Brasileiro à prefeitura de Salvador.

Recebi essa missão e podem ter certeza, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos que nos assistem, que estarei dando continuidade ao crescimento do Partido no Estado da Bahia. Outro assunto, Sr. Presidente, que eu gostaria de também falar é que amanhã, dia 4 de abril, comemora-se o Dia Nacional dos Parkinsonianos. E como presidente da Comissão de Saúde desta Casa, aprovamos hoje para que no próximo dia 10 tenhamos uma audiência pública para ouvirmos o que essas pessoas que têm esse problema de saúde têm a dizer. Trata-se de um problema sério e que tem se agravado a cada dia no Estado. Inclusive, ouviremos suas reivindicações, pessoas que estão envolvidas com a doença, como forma de buscar medidas que a comissão pode tomar diante do secretário estadual e do ministro da Saúde, já que não podemos ficar de

braços cruzados.

Então a Comissão de Saúde, aproveitando esta importante data, ou seja, o Dia do Parkinsoniano, 4 de abril, trará no próximo dia 10 essa discussão a esta Casa, quando ouviremos aqueles que realmente têm dificuldades e, por isso, têm reclames a fazer. Convoco todos os Srs. Deputados para que possam marcar as suas presenças na Comissão de Saúde na próxima terça-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Não havendo mais oradores inscritos, estamos agora na Ordem do Dia. Por acordo de Lideranças, vamos votar o requerimento que está sobre a mesa, assinado pelos Líderes da Maioria, deputado Zé Neto, e da Minoria, deputado Paulo Azi.

(Lê) “Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Requeremos, nos termos do art. 174, inciso II do Regimento Interno, urgência para a tramitação do projeto de lei nº 19.585/2011, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a gratuidade para pessoas com deficiência nos transportes coletivos intermunicipais do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2012.

Deputado Zé Neto – Líder da Maioria

Deputado Paulo Azi- Líder da Minoria.”

Em discussão este requerimento de urgência. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado, por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*